Assuntos : Crime de “tráfico de estupefacientes”.

Fortes indícios .

Prisão preventiva.

SUMÁRIO

1. Fortes indícios são os sinais de ocorrência de um determinado facto, donde se pode formar a convicção de que existe uma possibilidade razoável de que o facto foi praticado pelo arguido. Esta possibilidade razoável é um probabilidade mais positiva do que negativa, ou seja, a partir das provas recolhidas se forma a convicção de que é mais provável que o arguido tenha praticado o facto do que não o tenha praticado. Aqui não se exige uma certeza ou verdade como no julgamento criminal.
2. Havendo nos autos fortes indícios da prática por parte do arguido de um crime de “tráfico de estupefacientes” (p. e p. pelo artº 8º do D.L. nº 5/91/M de 28.01), deve o juiz, atento o disposto no artº 193º, nº 3, al. c) do C.P.P.M., aplicar ao mesmo a medida de coacção de prisão preventiva, já que de “crime incaucionável” se trata.

O Relator,

José Maria Dias Azedo

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. A, arguido com os restantes sinais dos autos, não se conformando com o despacho judicial que lhe decretou a medida de coacção de prisão preventiva, dele veio recorrer, motivando para concluir que:

“ 1) *Vem o presente recurso interposto do despacho proferido pela Meritíssima Juíza de Instrução Criminal que determinou a aplicação da medida de prisão preventiva ao ora recorrente com fundamento na verificação de fortes indícios da prática por aquele do crime de tráfico de estupefacientes p. p. pelo artº 8º do Decreto-Lei nº 51/91/M, do que se discorda.*

2) *Através da busca domiciliária realizada à casa do recorrente foram encontradas pequenas quantidades de marijuana que, apesar de não haver ainda análise laboratorial, parece não ascender a mais de 5 gramas, e um pequeno pacote contendo*

restos de Ketamina.

- 3) *O recorrente confessou que essa droga lhe pertencia e se destinava ao seu consumo.*
- 4) *Foi também encontrada na viatura em que o recorrente se fazia transportar, pelos agentes policiais, por baixo do assento do condutor, marijuana, ou seja cannabis, com o peso aproximado de 9 gramas.*
- 5) *O recorrente negou que o material estupefaciente encontrado na viatura lhe pertencesse.*
- 6) *Apesar do carro pertencer ao recorrente, havia sido emprestado ao co-arguido B há uma semana atrás, e não era o recorrente quem conduzia a viatura.*
- 7) *O recorrente negou ser traficante de estupefaciente.*
- 8) *A quantidade mais significativa encontrada na casa do recorrente, de acordo com relatório policial, aponta para apenas 3,8 gramas de marijuana, enquanto o restante estupefaciente encontrado tratavam-se de pequenas quantidades abaixo de da unidade de grama e que não eram mais do que sobras do que anteriormente o recorrente havia consumido.*
- 9) *Este facto, conjugado com as suas declarações, bem como com a justificação dada para a posse da balança e dos sacos de plástico, e ainda com a profissão e rendimento mensal por ele auferido, não indiciam da prática do crime de tráfico acima referido mas*

sim o crime de consumo de estupefaciente apenas.

- 10) As declarações prestadas pelo co-arguido B não estão minimamente suportadas por provas ou indícios, além de que este arguido não consegue demonstrar a veracidade das mesmas.*
- 11) Pelo que também não poderão constituir fortes indícios da verificação do crime de tráfico de estupefaciente: como é sabido o arguido pode mentir e o mais provável é que o B o tenha feito, convencido de que assim salvaria a própria pele.*
- 12) Como referem os Drs. Leal Henriques e Simas Santos, in “Código de Processo Penal de Macau”, pág. 442, “... quando a lei fala, na al. a) do artº 186º, em fortes indícios, há que ter em conta a compreensão ou abrangência exacta dessa realidade, pois que o legislador se não limitou a falar de indícios, mas em fortes indícios, o que inculca a ideia da necessidade de que a suspeita sobre a autoria ou participação no crime tenha base segura.”*
- 13) A Meritíssima Juíza recorrida procedeu por isso erradamente ao qualificar os indícios constantes dos autos como consubstanciando crime de tráfico de estupefacientes p. p. pelo artº 8º do DL nº 51/91/M quando se verifica apenas o crime de consumo p. e p. pelo artº 23º do mesmo DL.*
- 14) Por essa razão aplicou erradamente ao presente caso o artº 186º, nº 1, al. a) uma vez que não estamos perante fortes indícios da prática de crime doloso punível com pena de prisão superior a 3*

anos mas sim perante indícios concludentes da prática de crime de consumo de estupefacientes, punível com pena de prisão máxima de 3 meses.

15) Sem prescindir, dir-se-á que, ainda que se acredite nas palavras do arguido B, as suas declarações apontam apenas para a prática de crime de tráfico de quantidades diminutas de estupefacientes, punido pelo artº 9º do referido Decreto-Lei com uma pena máxima de 2 anos, pelo que também não seria abrangido pelo artº 186º, nº 1, al. a) do CPPM.

16) É, portanto, desproporcional ao crime indiciado pelos elementos constantes dos autos a medida de prisão preventiva já que se prevê a aplicação, em sede de futura condenação, de pena não superior a 3 meses de prisão, ou, quando muito, de 2 anos.

17) Por outro lado, não estão igualmente verificados os pressupostos previstos no artº 188º do CPPM porquanto a prova fundamental foi já encontrada no que diz respeito ao ora recorrente, o qual não se pode considerar um delinquente por natureza, trata-se sim de um homem de negócios, além de que não existe o perigo de fuga visto que o recorrente é residente de Macau e aqui tem sediada e organizada toda a sua vida familiar e profissional.

18) Acresce ainda que, ainda que se considere subsistir algum daqueles requisitos a lei prevê outras medidas de coacção aplicáveis que não a prisão preventiva.”

Pede, a revogação da dita decisão e que, em sua substituição, lhe seja aplicada “outra ou outras medidas de coacção que não a privativa de liberdade”; (cfr. fls. 3 a 15).

Notificado o Digno Magistrado do Ministério Público, veio o mesmo, oportunamente, responder nos termos da contra-minuta de fls. 19 a 23, pugnando pela improcedência do recurso.

Remetidos os autos a esta Instância, e na vista que lhe foi aberta, pronunciou-se, também, a Exm^a Procuradora-Adjunta, pela sua improcedência, (cfr. fls. 99 a 101).

Proferido despacho preliminar e colhidos os vistos dos Mm.^{os} Juízes Adjuntos, vierem os autos à conferência; (cfr. artº 409º, nº 2, al. c) do C.P.P.M.).

Nada obstando, importa, agora, decidir.

Fundamentação

2. Eis o teor do despacho recorrido (na parte que ora interessa):

“(…)

Os autos demonstram fortemente o cometimento por parte dos arguidos

B e A de um crime de tráfico de estupefacientes, p. e p. pelo artº 8º nº 1 do DL nº 5/91/M de 28.01.

O ilícito tráfico de estupefacientes, face à moldura que em abstracto lhe cabe, e ao disposto nos artºs 186º nº 1, al. a) e 193º al. c) do C.P.P.M., permite a aplicação da medida de prisão preventiva.

A situação geográfica de Macau e o elevado moldura penal do crime imputado, mostra-se o perigo de fuga.

O facto de que os arguidos negaram os factos, desenha o perigo de perturbação do decurso do inquérito na vertente aquisição e conservação da prova, caso os arguidos sejam libertos.

Tendo em conta a personalidade dos mesmos e a natureza do crime, ilustra o perigo de em liberdade se manterem na prática criminosa.

Ponderando todos os fundamentos acima referidos, crê-se que a medida de prisão preventiva é a única que no momento se mostra adequada e suficiente em termos cautelares, pelo que ao abrigo dos normativos citados e ainda de acordo com o estatuído nos artºs 176º, 178º, 168º e 188º todos do C.P.P.M., se determina que os arguidos B e A aguardem os ulteriores termos do processo, pelo menos por ora, sujeito a medida de prisão preventiva.

Notifique.

(...)

Aos 14/12/2001”; (cfr. fls. 85).

3. Na opinião do ora recorrente, inexistem nos autos “fortes indícios” sobre a sua autoria ou participação no crime de “tráfico de estupefacientes”, pelo qual foi indiciado.

Todavia, tendo presente o conceito de “fortes indícios” – “os sinais de ocorrência de um determinado facto, donde se pode formar a convicção de que existe uma possibilidade razoável de que o facto foi praticado pelo arguido. Esta possibilidade razoável é um probabilidade mais positiva do que negativa, ou seja, a partir das provas recolhidas se forma a convicção de que é mais provável que o arguido tenha praticado o facto do que não o tenha praticado. Aqui não se exige uma certeza ou verdade como no julgamento criminal”, cfr. Ac. do T.U.I. de 27.4.2000, Proc. nº 6/2000 – e, após cuidada análise de todo o processado, cremos, estarmos em condições de poder afirmar, que o seu teor permite a mesma a conclusão a que chegou a Exm^a Juiz “a quo”.

Com efeito, os presentes autos tiverem início numa informação prestada à Polícia Judiciária, na qual se relatava que indivíduos com as alcunhas de “X” e “Y”, utilizando os veículos de matrícula MF-3x-xx e MF-2x-xx, se dedicavam à actividade de tráfico de estupefacientes.

Interceptado o veículo MF-3x-xx, no qual seguiam o ora recorrente (A) e o (seu) co-arguido B, foi pela polícia encontrado no interior do dito veículo, 9,251 gramas de marijuana acondicionada num saco de plástico, um outro com o peso de 0.038 gramas e ainda um “cigarro” de marijuana no cinzeiro do mesmo carro.

Da busca efectuada, encontrou-se na residência do ora recorrente, 3 (três) outras embalagens de marijuana com o peso de 3.881 gramas, 0332

gramas e 0.089 gramas respectivamente, 9 (nove) sacos de plástico semelhantes aos utilizados na embalagem da marijuana encontrada e duas balanças.

Das declarações prestadas, resulta, por ora, que o recorrente tem a alcunha de “X”, (sendo também o seu co-arguido conhecido pela alcunha de “Y”), e que as 9.251 gramas encontradas no interior do veículo destinavam-se a ser entregues a um “terceiro”.

Perante, nomeadamente, estes elementos atrás indicados, atento o disposto no artº 8º do D.L. nº 5/91/M – que prevê e pune o crime de “tráfico de estupefacientes – e ainda ao conceito de “fortes indícios”, cremos ser de afirmar conterem os autos tais “indícios” do envolvimento do ora recorrente (e seu co-arguido) na prática do crime pelo qual foram indiciados no despacho ora recorrido.

Nesta conformidade, e atento o preceituado no artº 193º nº 3, al. c) do C.P.P.M., segundo o qual, perante fortes indícios da prática de um crime de “tráfico”, o “juiz deve aplicar ao arguido a medida de coacção de prisão preventiva”, não vemos motivos para censurar o decidido pela Mmª Juiz de Instrução Criminal.

Na verdade, para além de se dever considerar um “crime incaucionável” – vd., nesse sentido, F. Dias, Mª João Antunes e A. Mendes in, “Comunicações” apresentadas nas Jornadas de Processo Penal, Macau, 1997;

Acs. deste T.S.I. de 13.09.01 (Proc. nº 163/2001), de 26.07.2001 (Proc. nº 139/2001), de 26.04.2001 (Proc. nº 56/2001), de 29.03.2001 (Proc. nº 55/2001), de 07.12.2000 (Proc. nº 192/2000), de 21.09.2000 (Proc. nº 135/2000) e do então T.S.J. de 27.07.98, (Proc. nº 882) – verificam-se, “in casu”, (todos) os pressupostos para a aplicação de tal medida, já que o crime indiciado é punido com pena de prisão de limite máximo superior a 3 anos (cfr. artº 186º, nº 1, al. a)), havendo, também, a manter-se o recorrente em liberdade, manifesto “perigo de perturbação do decurso do processo, nomeadamente, para a aquisição e conservação da prova” (cfr. artº 188º, al. b)), em especial, dado haver ainda indivíduos cuja identificação se mostra de relevo, e que, de momento, não se encontra efectuada nos presentes autos.

Dest’arte, havendo nos autos “fortes indícios” da prática, por parte do ora recorrente, de um crime de “tráfico de estupefacientes”, preenchidos os necessários requisitos, e sendo também adequada a medida de coacção de prisão preventiva que lhe foi decretada, nenhum reparo merece a decisão recorrida, impondo-se, julgar improcedente o recurso “sub judice”.

*

Decisão

4. Nos termos e fundamentos expostos, em conferência, acordam, negar provimento ao recurso, mantendo-se a decisão recorrida.

Pagará o arguido recorrente a taxa de justiça que se fixa em 4UCs.

Macau, aos 07 de Fevereiro de 2002

José Maria Dias Azedo (Relator) – Chan Kuong Seng – Lai Kin Hong